



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Felipe Becari – UNIÃO /SP

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2023
(Do Sr. FELIPE BECARI)

Requer informações à Senhora Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, sobre as operações do IBAMA contra a criação ilegal de pássaros silvestres no território nacional

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, no sentido de esclarecer a esta Casa questões de relevância nacional quanto à criação ilegal de pássaros silvestres, tendo em vista as recentes notícias veiculadas na imprensa, que apontam que o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres foi alvo de uma operação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) por suposta prática de crimes ambientais.

Desta forma, questionamos:

- 1) Qual processo administrativo, inquérito ou investigação originou esta ação do IBAMA em imóvel do sr. Anderson Torres? Favor informar o *status* do seu andamento e encaminhar cópia deste processo.
 - 1.1) Foi constatada alguma irregularidade na criação de aves ou de qualquer outra espécie animal dentro do imóvel do investigado?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Felipe Becari – UNIÃO /SP

- 1.2) Em caso afirmativo, quantos autos de infração foram lavrados, quais os crimes praticados e o valor das multas aplicadas em face destas irregularidades?
- 1.3) Constatada a irregularidade, quais medidas foram ou serão tomadas em relação às aves mantidas no cativeiro do sr. Anderson Torres?
- 1.4) Sendo falsas as declarações inseridas pelo sr. Anderson Torres no Sistema, que diligências o órgão está tomando para responsabilizá-lo por omissão ou declarações falsas, conforme previsto no Art. 299 do Código Penal Brasileiro?
- 1.5) Segundo o noticiado, uma das aves encontradas no local estava com a pata mutilada. Em se confirmando esta informação, quais as providências por parte do IBAMA para a responsabilização do acusado pelo crime de maus-tratos, disposto no artigo 32 da Lei 9.605/98?

2) Acerca do Sistema de Controle e Monitoramento da Atividade de Criação Amadora de Pássaros (SISPASS), como ele identifica informações inconsistentes para fins de investigações/autuações e quais são essas inconsistências que ele detecta?

- 2.1) É possível determinar quantas pessoas, entidades ou criadouros são investigados atualmente por inconsistências no Sistema?
- 2.2) Diante das informações contidas nas reportagens de que *“agentes ambientais perceberam que a marcação de uma ave mantida por criador amadorista constava no sistema apenas como anilha — documento de identificação da ave e do criador”* e que *“ao buscar informações mais detalhadas, os investigadores constataram que a peça de identificação estava sob responsabilidade de Anderson Torres, embora a ave fosse mantida por outro criador”*, questiona-se como é possível tal inconsistência no SISPASS e, ainda, como são conferidas pelo Poder Público as informações inseridas no Sistema?
- 2.3) Ainda se destaca do noticiário que, na análise realizada no SISPASS revelou-se que o ex-ministro havia transferido todo o plantel que possuía para sua mãe e que ambos teriam ultrapassado o limite de transferência estabelecido para





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Felipe Becari – UNIÃO /SP

criadores amadoristas. Ambos informavam o mesmo endereço nos respectivos registros de criação, também compartilhado por um criadouro comercial – uma prática proibida pela legislação. O Sistema aceita esse tipo de inconsistência/irregularidade quando do preenchimento dos seus dados? Não há um cruzamento automático para evitar tais situações?

- 2.4) Quais medidas estão sendo adotadas para aprimorar o SISPASS e evitar as fraudes no preenchimento das informações.
- 3) Sobre o quadro de fiscalização do IBAMA, veio à imprensa o seu Presidente, sr. Rodrigo Agostinho, afirmar que a instituição conta com um quadro de fiscais defasado – apenas 350 para todo o país contra mais de 2 mil há 15 anos – entrevista à Agência Pública <https://apublica.org/2023/02/o-ibama-voltou-a-trabalhar-diz-rodrico-agostinho-novo-presidente-do-orgao/>. Diante dessa informação, perguntamos:
- 3.1) Quantos fiscais atuam especificamente para verificar informações do SISPASS?
- 3.2) Quais as providências práticas estão sendo tomadas para o reestabelecimento dos quadros de fiscalização do IBAMA?

JUSTIFICAÇÃO

Em 24 de fevereiro de 2023 a imprensa noticiou que o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres foi alvo de uma ação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

O IBAMA, conforme nota do órgão à imprensa, fez busca e apreensão na residência do sr. Anderson Torres em decorrência da suposta criação ilegal de pássaros silvestres. A atividade teria sido embargada e o ex-ministro foi notificado para que apresentar informações sobre os animais registrados no Sistema que não foram encontrados no local.

Destaca a mídia que Torres foi autuado por irregularidades, como ausência não autorizada de aves e a apresentação de informação falsa no





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Felipe Becari – UNIÃO /SP

Sistema oficial de controle de fauna. À imprensa, IBAMA e a defesa do ex-ministro dizem que ele foi multado em R\$ 54 mil.

Segundo as notícias, o IBAMA afirmou ter encontrado cerca de 60 aves na propriedade de Anderson, uma delas, inclusive, com a pata mutilada. Assim, a possibilidade de o ex-ministro ter praticado crime de maus-tratos animais eleva essa situação a um patamar ainda mais preocupante.

Abaixo, dois registros do caso na mídia em matérias e links pesquisados no presente 24.02.23, a seguir:

“Ibama multa Anderson Torres por manter em casa animais silvestres”

<https://blogs.correiobraziliense.com.br/cbpoder/ibama-multa-anderson-torres-por-manter-em-casa-animais-silvestres/>

“Ibama encontra 60 pássaros silvestres na casa do ex-ministro Torres no DF”

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/02/24/busca-e-apreensao-anderson-torres.htm>

É sabido, que cabe ao IBAMA a coordenação do manejo de passeriformes da fauna silvestre brasileira, conforme Instrução Normativa IBAMA nº 10/2011, *in verbis*:

Art. 1º O manejo de passeriformes da fauna silvestre brasileira será coordenado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para todas as etapas relativas às atividades de criação, reprodução, comercialização, manutenção, treinamento, exposição, transporte, transferências, aquisição, guarda, depósito, utilização e realização de torneios.

Neste sentido, o SISPASS é o meio de controle e monitoramento utilizado pelos Estados para a concessão das licenças de criação amadora de pássaros, e o IBAMA faz a gestão deste Sistema. Tanto que, no Distrito Federal, essa ação do IBAMA foi acompanhada pelo Instituto Brasília Ambiental – IBRAM.

Compreende-se que pelo gigantismo de um país continental, como o Brasil, é fundamental ter informações sobre o funcionamento dos mecanismos de controle destas atividades.

Assim, destacamos que o art. 33 da referida IN nº 10/2011 prevê que “os Criadores Amadores e Comerciais de Passeriformes deverão atualizar os seus dados e do seu plantel por meio do SISPASS, que tem por objetivo a gestão das informações referentes às atividades de manutenção e criação de passeriformes”.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Felipe Becari – UNIÃO /SP

Segundo o § 2º do citado artigo, “as informações constantes no SISPASS são de responsabilidade do criador, que responderá por omissão ou declarações falsas, conforme previsto no Art. 299 do Código Penal Brasileiro, e pelas infrações administrativas previstas nos Arts. 31 e 32 do Decreto nº 6.514 de 22 de julho de 2008”.

Neste diapasão, o presente requerimento se justifica para alcançar mais informações sobre uma investigação quanto a inconsistências do SISPASS, fato que originou a ação deflagrada na casa do ex-ministro Anderson Torres, e, ainda, para dimensionar quais medidas precisam ser adotadas pelo Poder Público no combate ao tráfico de animais silvestres, bem como na recomposição do seu poder fiscalizador das atividades regulares.

Este deputado, quando vereador na cidade de São Paulo, foi presidente da Comissão Parlamentar de Inquéritos dos Animais e tem, na luta em defesa dos animais, um propósito que norteia o seu mandato.

Assim, pelas situações descritas nas reportagens, e diante da dimensão e gravidade dos atos narrados, espera os esclarecimentos pertinentes, que certamente colaborarão para o aprimoramento em propostas legislativas e no apoio à atividade do Estado de fiscalizar e combater atividades ilícitas.

Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2023.

Felipe Becari
Deputado Federal (UNIÃO/SP)

